

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA
SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Hoje é um dia especial, porque é o aniversário da deputada Lia Nogueira. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *"Ata da Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas e um minuto, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Sessenta e Sete da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 206.925/2026, do Ministério dos Transportes; Ofício nº 0552/2026 (eletrônico), da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 2.066/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 287, 302, 303 e 304/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zé Teixeira, Coronel David, Lia Nogueira, Gleice Jane, Professor Rinaldo Modesto, Lidio Lopes, Mara Caseiro, Caravina e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Jamilson Name, Pedrossian Neto e Gerson Claro. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 246/2025, de autoria da deputada Gleice Jane. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 75/2026, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 47/2026, de autoria do deputado do Pedrossian Neto. Foi pedido destaque pelo deputado Coronel David ao requerimento de moção de protesto, Protocolo nº 01.927/2026, de autoria do deputado Pedro Kemp, que foi prejudicado por ausência de quórum. Foram aprovadas, em discussão única e*

*votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada à atleta Thaynara Victoria Soares da Silva, em reconhecimento à sua brilhante trajetória no jiu-jitsu, projetando o nome do Estado de Mato Grosso do Sul para o mundo; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao senhor Willian Ximenes Pinheiro, conhecido como Will Ximenes, e à senhora Valéria Aguilera Basso, primeira-dama do município de Sidrolândia, em reconhecimento à destacada atuação social, ao comprometimento com as causas humanitárias e aos relevantes serviços prestados à população sidrolandense; requerimentos de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Paulo Corrêa, Gerson Claro, Caravina, João César Mattogrosso, Paulo Duarte, Antonio Vaz, Jamilson Name, Pedro Kemp, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, Gleice Jane, Coronel David e Lidio Lopes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de julho do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas e todos aqui presentes. Expediente da Sessão Ordinária do dia 8 de julho de 2026: Ofício nº 1.566/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane; Ofício nº 08/2026, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira; Ofícios nºs 308 a 311, 314 a 320, 323 a 331, 341, 346 a 351/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a requerimentos e indicações dos deputados Zeca do PT, Gleice Jane, Junior Mochi, Zé Teixeira, Renato Câmara, Pedrossian Neto, Caravina, Jamilson Name, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Coronel David e Pedro Kemp; e-mail de Francyni Sobreiro, respondendo à moção de pesar do deputado Renato Câmara. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e todos que nos acompanham. Quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de Estado de Governo e

Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, e ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Gonçalves Leite Filho, solicitando a execução de obras de recapeamento asfáltico na rua Monte Alegre, bem como a realização de estudos técnicos visando à implantação de sentido único de circulação do trânsito em toda a extensão da referida via. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao diretor da concessionária Motiva Pantanal, senhor Nelson Soares Neto, ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, e ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Filho, solicitando a adoção de providências urgentes para a realização de estudos técnicos e execução das adequações estruturais necessárias no túnel localizado sob a rodovia BR-163, na região da rua Canadá, no bairro Parque das Nações I. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara – Republicanos) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando o pagamento do adicional de difícil acesso desde o mês de fevereiro deste ano, quando os professores foram contratados em regime de convocação (contrato temporário) e lotados no Centro Estadual de Educação Professora Maria de Lourdes Vital Roma, ministrando aulas para o ensino médio na extensão da escola, localizada na Escola Municipal Agrícola Arnaldo Estevão de Figueiredo, uma vez que receberam essa gratificação de difícil acesso apenas com relação ao mês passado, o mês de junho. Esta solicitação nos foi feita por professores que atuam na extensão. É importante dizer que se trata de uma escola de difícil acesso, distante da Escola Maria de Lourdes Vital Roma, localizada no bairro Moreninhas. Além disso, os professores correm riscos para chegar a essa extensão, uma vez que o trânsito naqueleanel rodoviário é intenso, com grande circulação de carretas e caminhões. Já há, inclusive, relatos de professores que quase sofreram acidentes ao se deslocarem até a escola. O problema maior é que esses professores foram atuar na extensão, na escola agrícola, com a promessa de que receberiam a gratificação de difícil acesso. Porém, até a semana passada, não haviam recebido o benefício; e, quando verificaram o último pagamento, constataram que receberam apenas a gratificação referente ao mês passado. Entretanto, eles estão trabalhando desde fevereiro. Se eles não receberem esse benefício, vão praticamente pagar para trabalhar, arcando com combustível e transporte para chegar até a extensão da escola. Não é justo que os professores — aliás, todos convocados — passem por essa situação. Nós sabemos que os professores convocados recebem o equivalente à metade do salário dos professores efetivos. Além do salário reduzido, ainda têm de arcar com as despesas de transporte até a extensão da escola. Portanto, solicitamos

ao secretário que efetue o pagamento dos valores retroativos. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à doutora Mariele Alves Correia Esgalha, diretora-presidente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, solicitando a adoção de medidas visando à capacitação contínua de todos os servidores e colaboradores do hospital quanto ao atendimento humanizado, inclusive às pessoas com deficiência, com ênfase na prevenção e no combate ao capacitismo, bem como na observância da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Essa indicação foi motivada por um fato ocorrido no Hospital Regional, quando uma pessoa cega, que realiza normalmente todas as suas atividades da vida diária — em casa, com os parentes e com os amigos —, foi impedida de ser acompanhante de sua bisavó, internada naquela unidade hospitalar. A alegação foi a de que, por ser cega, ela não teria condições de exercer essa função, o que é um verdadeiro contrassenso. Primeiro, porque o hospital conta com pessoas cegas trabalhando em seu quadro de servidores. Segundo, porque a pessoa já acompanha sua bisavó e atende às suas necessidades. Então, é muito estranho que o hospital a tenha impedido de se cadastrar como acompanhante durante a internação de sua bisavó. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Ademar Silva Júnior, secretário municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, solicitando que notifique o proprietário do terreno localizado na rua Geni Maluf, esquina com a rua Abolição, ao lado do número 118, no Residencial Carajás, para ele que promova, com urgência, a limpeza do imóvel. E solicito também que a realização do patrolamento e do encascalhamento dessa mesma rua. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado João Henrique... Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, deputado Renato Câmara, colegas parlamentares, assistentes, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV ALEMS e pela Rádio ALEMS. Eu trago hoje uma única indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a adoção, com a máxima urgência, das providências necessárias para a implantação de iluminação pública no trevo de acesso ao município de Anaurilândia, localizado na rodovia MS-276, que liga Anaurilândia a Nova Andradina, incluindo o acesso ao Balneário Municipal. Solicito, ainda, a realização de estudos técnicos visando à implantação de redutores de velocidade e de outros dispositivos de segurança viária no referido trecho, a fim de proporcionar melhores condições de segurança aos usuários da via. Esse pedido nos foi encaminhado pela vereadora Daiane Itaca, do município de Anaurilândia. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Quero parabenizar a deputada Lia Nogueira pelo seu aniversário. Deus a abençoe e a ilumine. Continue sendo essa mulher aguerrida e lutadora. Seu trabalho tem repercutido na vida das pessoas. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, bom dia. Mais uma vez, parablenizo a deputada Lia Nogueira, que não aparenta ter a idade que tem. Parabéns! Muita saúde e muita paz! Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos filhos, senhora Edimara Barbosa, senhora Edilene Barbosa, senhor Marcelo Barbosa e senhor Maurício Barbosa, extensiva aos netos, demais familiares, amigos, e à Rede Globo de Televisão, em decorrência do falecimento do dramaturgo e escritor Benedito Ruy Barbosa, ocorrido no dia 7 do corrente mês, em São Paulo. Sua morte representa uma perda irreparável para a cultura e para a teledramaturgia brasileiras. Suas obras foram geniais. Ele transformou o interior e as tradições do Brasil nos verdadeiros protagonistas de suas histórias, eternizando personagens inesquecíveis e demonstrando profundo respeito pelas raízes e pelos costumes do nosso estado. Nossa gratidão e admiração por esse grande autor são as mais profundas. O escritor foi o grande responsável por revelar ao mundo as belezas singulares e a biodiversidade do Pantanal por intermédio da revolucionária novela Pantanal. A trama, exibida originalmente pela extinta TV Manchete, na década de 1990, e gravada na histórica Fazenda Rio Negro, em Aquidauana, consolidou o bioma como patrimônio nacional. Ao retratar a grandiosidade da planície pantaneira, Benedito Ruy Barbosa não apenas encantou milhões de telespectadores, mas também promoveu um importante debate sobre a preservação ambiental desse bioma. A obra retornou ao público no aclamado *remake* exibido pela TV Globo, comprovando sua capacidade de unir histórias de amor cativantes a profundas questões ecológicas e sociais. Isso elevou a televisão brasileira a um novo patamar, deixando um legado inestimável para a educação e para o turismo sul-mato-grossense. Fica, portanto, a nossa homenagem a essa inesquecível e grandiosa figura da cultura brasileira.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Moacir Baratelli, vereador do município de Caarapó; do senhor Edmilson Prates de Souza, vereador do município de Deodópolis; e do ícone de Nova Andradina, o Caqui, um dos pioneiros da engraxataria lá no município. Ele está sempre aqui na Assembleia. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, Mesa Diretora, nobres pares, público que nos assiste, imprensa e servidores da Casa, bom dia. É uma satisfação retornar presencialmente a esta Casa, depois da extraordinária passagem do presidente Lula, em visita a Três Lagoas, para a retomada da obra da grande fábrica de fertilizantes,

paralisada há alguns anos por incompetência da extrema-direita, e também ao assentamento Itamarati. O Itamarati foi um latifúndio pertencente a um único proprietário, o famoso Olacyr de Moraes, já falecido, e hoje está nas mãos de 3,5 mil famílias assentadas, organizadas em cinco cooperativas, produzindo quatro vezes mais do que produzia quando estava nas mãos do latifundiário. Senhor presidente, eu aproveito o Pequeno Expediente para fazer uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel; ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcantara de Carvalho; e ao diretor-presidente interino da Agesul, senhor Gil Márcio Franco, solicitando a urgente implantação e regularização do acesso viário à comunidade de Baús, na rodovia MS-306, no município de Costa Rica. Em segundo lugar, temos aqui o Ofício nº 050/2026, solicitando ao Ministério Público de Mato Grosso do Sul que acompanhe o processo de licenciamento conduzido pelo Imasul, referente ao pedido de supressão de aproximadamente 5,9 mil hectares de vegetação nativa na Fazenda Santana, localizada no Município de Corumbá, em pleno Pantanal, propriedade pertencente à Agropecuária Guaxuma Ltda. É lá na sua cidade, Paulo Duarte, no Pantanal, que Vossa Excelência acabou de registrar, com muita emoção. Senhores, na minha avaliação, o que está acontecendo é um desastre para Corumbá, para o Pantanal, para Mato Grosso do Sul e para o nosso povo. Também temos aqui os Ofícios nºs 059 e 060, solicitando ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União e ao Ibama, em caráter de urgência, considerando o risco que o prosseguimento das obras da orla de Porto Murtinho possa ocasionar ao patrimônio público, ao meio ambiente e aos direitos das comunidades atingidas, que sejam adotadas, no âmbito das competências legais de cada órgão, as medidas cautelares necessárias para promover a imediata paralisação das obras até a conclusão das investigações em andamento e a verificação de sua legalidade. Para concluir, quero dizer a Vossa Excelência, senhor presidente, que todas essas solicitações também estão sendo encaminhadas ao ministro da Casa Civil do Governo Federal, do presidente Lula, denunciando a omissão da SPU — Superintendência do Patrimônio da União —, que, em conluio com o prefeito Nelson Cintra, realiza ações criminosas no dique de proteção da nossa cidade. E, por último, senhor presidente, quero falar também de dois assuntos importantes. O Banco do Brasil acabou de me enviar um convite: no dia 25 deste mês fará o lançamento do Plano Safra. Eu já disse ao Banco do Brasil que não concordo com o lançamento de um Plano Safra que contemple, conjuntamente, o agronegócio (a fazendeirada) e a agricultura familiar. São 100 bilhões de reais destinados pelo presidente Lula. A agricultura familiar merece um tratamento diferenciado por parte do Banco do Brasil em Mato Grosso do Sul. O banco tem falhado no atendimento aos pequenos agricultores. Quando um fazendeiro entra no banco, ele toma café quente e se senta no colo do gerente; agora, quando entra um pequeno produtor, com a botina suja e a mão calejada, ele sequer

é atendido na porta do banco. É uma vergonha o que está acontecendo no Banco do Brasil em Mato Grosso do Sul. Espero que este meu repúdio chegue ao conhecimento da superintendência e da direção do banco. Por fim, senhor presidente, estou encaminhando um ofício à Motiva Pantanal, concessionária da BR-267. A concessionária não tem autoridade nenhuma e agora quer forçar a saída dos acampados da reforma agrária que estão na faixa de domínio do Governo Federal. Querem retirá-los à força. Não vão tirar! Eu disse para os trabalhadores rurais acampados lá não saírem, porque isso não é competência da concessionária, muito menos do governo Riedel ou do prefeito. Faixa de domínio da BR é de competência do Governo Federal. E o presidente Lula, lá no assentamento Itamarati, em alto e bom som, disse: "Eu governo para o Brasil, mas o meu lado é o lado da reforma agrária, da agricultura familiar e dos mais pobres." Portanto, senhor presidente, fica aqui a minha manifestação. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Senhor presidente, eu venho apresentar um projeto de lei. Autoriza, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a realização do teste da escala M-CHAT. Artigo 1º - Fica autorizada, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a realização do teste da Escala M-CHAT nas escolas públicas e particulares. Esse exame será realizado por médicos pediatras com a finalidade de obter o diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista. Artigo 2º - A realização do exame autorizado pela presente lei abrangerá as crianças entre 16 e 30 meses de idade, no Estado de Mato Grosso do Sul, sejam elas atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS), por planos de saúde ou, mesmo, tratando-se de paciente particular. Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber. Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 02049/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 02048/2026); um projeto de lei (Prot. nº 02047/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: dois requerimentos (Prot. nºs 02032/2026, 02033/2026). De autoria da deputada Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 02042/2026). De autoria da deputada João Henrique: dois requerimentos (Prot. nºs 02043/2026, 02044/2026). De autoria do deputado Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 02038/2026, 02039/2026, 02040/2026, 02041/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 02053/2026, 02052/2026, 02054/2026). De autoria do

deputado Pedrossian Neto: um projeto de lei (Prot. nº 02050/2026). De autoria do deputado Zé Texeira: duas indicações (Prot. nºs 02045/2026, 02046/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, eu duvido que aqui nesta Casa haja deputados que não tenham recebido uma ligação de algum paciente ou de algum parente de paciente pedindo intervenção junto à Central de Regulação de Vagas para conseguir um exame, uma cirurgia ou uma internação com urgência. Eu já recebi muitos telefonemas, deputado Zeca, de parentes desesperados vindos do interior, querendo uma vaga aqui na Santa Casa, querendo, na verdade, um exame mais complexo. E as pessoas ficam na fila da Central de Regulação aguardando uma vaga ser disponibilizada. Na manhã de ontem, nós acordamos com uma operação sendo realizada aqui no estado, para a nossa surpresa, na Central de Regulação do Estado, porque havia um esquema lá dentro um esquema de negociação de vagas, de exames e de internações em troca de contratos fraudulentos para a compra de livros paradidáticos com prefeituras, os quais, na verdade, serviam para o desvio de recursos públicos. Enquanto os pacientes estão esperando por uma vaga no hospital, lá na central tem um corrupto negociando as vagas, sem se importar com o drama, o sofrimento e a dor das pessoas! Na mesma hora, eu me lembrei de quando houve aquele esquema no Hospital do Câncer — quem não se lembra daquele esquema? —, quando foi denunciado que pacientes com câncer estavam recebendo apenas soro na veia, achando que estavam fazendo quimioterapia. Na verdade, para economizar com medicamentos de quimioterapia, o hospital aplicava soro. E médicos foram interceptados conversando, dizendo para aplicar um “sorinho” e etc. e tal. Os pacientes estavam morrendo de câncer, enquanto a família acreditava que eles estavam recebendo o tratamento adequado. A meu ver, são crimes hediondos! Crimes hediondos! É interessante ver como os corruptos gostam de roubar dinheiro da saúde... da saúde! A gente anda por Campo Grande e pelo interior do estado e recebe muita reclamação referente ao atendimento na rede pública de saúde, sobretudo à falta de remédios. Muito se fala que não há nem dipirona; não há nada para atender os pacientes. E aí, quando nos deparamos com uma operação dessas, somos tomados por um sentimento de revolta e indignação, porque há pessoas desviando dinheiro e se aproveitando de uma situação tão grave na saúde pública. Ontem, a informação era de que o governador Riedel iria exonerar os servidores da Central de Regulação que estavam implicados nesse esquema de negociação de vagas em troca de contratos fraudulentos com empresas que vendem livros paradidáticos. Aliás, o que me chamou a atenção foi que a gráfica envolvida no esquema já é uma velha conhecida nossa. Eu mesmo, em legislaturas passadas, denunciei essa tal Gráfica Alvorada e seus sócios, os proprietários da família Jafar. Inclusive, o pai faleceu na época da covid, mas a filha e outros parentes continuam à frente da empresa. Essa gráfica acabou se tornando sinônimo de corrupção e de esquemas

de desvio de recursos. Agora a imprensa volta a estampar o nome da mesma gráfica e dos mesmos parentes envolvidos em mais um esquema dessa natureza. O que causa estranheza é que a Secretaria de Estado de Saúde e o próprio Governo do Estado não tenham tido o cuidado de verificar essa situação antes, esperando que fosse necessária a deflagração de uma operação como essa. Nós, aqui na Assembleia, como eu disse, recebemos com frequência telefonemas e pedidos de pacientes e de familiares para intervirmos ou intermediarmos a obtenção de uma vaga em hospital. Eu, particularmente, tenho dito a essas pessoas que nós, deputados, não podemos interferir na fila de espera da Central de Regulação, porque acreditamos que lá seja realizado um trabalho sério e honesto. Não se pode passar, a pedido de um deputado, à frente de um paciente em estado mais grave que aguarda uma vaga. Isso não pode acontecer! O trabalho tem de ser técnico; é preciso avaliar as prioridades e destinar a vaga ao paciente em situação mais grave. Por isso, não podemos interferir naquele nem fazer qualquer pedido ou intervenção de natureza política. E o que vimos foi um coordenador corrupto brincando com a saúde, com a dor e com o sofrimento das pessoas para montar esquemas de desvio de recursos públicos envolvendo várias prefeituras. Inclusive, ontem ocorreu a prisão de um ex-prefeito. O que está acontecendo, na verdade, é um esquema que desviou nada mais, nada menos do que 27 milhões de reais. Na Central de Regulação, negociavam-se vagas para as prefeituras em hospitais; negociavam-se vagas nas filas de exames e de internações, desde que as prefeituras firmassem contratos para a compra de livros paradidáticos dessas editoras e dessas gráficas criminosas, que utilizam esses contratos para distribuir propinas a gestores públicos. Isso é um crime que, inclusive, coloca em risco a vida das pessoas. Então, eu pergunto: o que está acontecendo com o Governo do Estado? É preciso verificar quem está sendo nomeado para esses cargos. É preciso acompanhar mais de perto para saber o que essas pessoas estão fazendo. Na saúde pública de Mato Grosso do Sul, sempre se fala em regionalização, em investimento nos hospitais regionais para facilitar a vida dos pacientes, para que eles não sejam transferidos de um lado para o outro em busca de uma cirurgia. Contudo, não se vê uma solução definitiva para esses problemas. E quando confiamos na Central de Regulação, achando que lá o paciente em situação mais grave será atendido com prioridade, encontramos um corrupto negociando vagas com prefeituras em troca de propina. Isso é um crime hediondo, na minha avaliação. Eu concedo um aparte ao deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Pedro Kemp, eu fiz questão de pedir este aparte, primeiro para dizer a Vossa Excelência que a gente fica perplexo com todas essas coisas. E não quero limitar o problema apenas à questão do servidor público envolvido, que ocupa uma posição importante na Central de Regulação de Vagas. Mas, infelizmente, essa questão relacionada à corrupção está disseminada no serviço público brasileiro. Seja na esfera federal, na estadual ou na municipal, ela atinge as três esferas.

Chega um momento em que nos perguntamos: onde isso vai parar? Todos os dias ouvimos notícias dos mais diversos tipos, em todas as áreas, e agora, infelizmente, principalmente na área da saúde. É justamente nessa área que o recurso precisa chegar mais rapidamente. Por isso existem as transferências "fundo a fundo", para permitir que os recursos sejam utilizados no custeio com mais facilidade e menos burocracia, a fim de que o cidadão, na ponta, tenha o benefício de um atendimento melhor à sua saúde. Infelizmente, o que vemos, em grande parte, é o desvio de recursos. Então, eu faço esse questionamento, até porque estamos nos aproximando de um processo eleitoral. No setor público, quem ocupa cargo de comando ou foi eleito ou foi indicado por alguém que foi eleito. Olha, mais do que nunca, é hora de o cidadão refletir. Cada um de nós constrói a sua história; cada um tem a sua trajetória. E o que temos de mais sagrado para oferecer ao eleitor é a nossa história de vida. Cabe ao eleitor, mais do que nunca, avaliar a história daqueles que lhe pedem voto; avaliar sua trajetória, seu passado. No Brasil, a cada dia, surgem problemas relacionados ao desvio de recursos públicos. Realmente, não dá mais! O cidadão que está na ponta, o eleitor, para, pensa e acaba colocando todo mundo na mesma vala comum, como se fôssemos todos iguais. Essa revolta, às vezes, quer nos levar a desistir. Mas, se desistirmos, aqueles que não têm bom senso, consciência e responsabilidade na utilização de recurso público em favor do cidadão acabarão tomando conta de tudo. Para evitar que isso aconteça, estamos aqui. Este Parlamento deve exigir que isso seja rigorosamente apurado, para que a sociedade saiba exatamente o que está acontecendo e de quem é a responsabilidade. Os responsáveis devem ser punidos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu incorporo, na íntegra, o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento. Comungo desse sentimento de indignação. O como Vossa Excelência acabou de dizer: é impressionante como a corrupção é endêmica no serviço público, nas gestões públicas. Não tem fim essa história de propina, de desvio de recursos, de superfaturamento de obras e de compras fraudulentas. É impressionante, não acaba! Não é à toa que parte do eleitorado está deixando de votar. A cada eleição cresce o número de abstenções. Em torno de 15%, 20% ou 25% dos eleitores simplesmente não vão mais às urnas... Ah, 30% — socorre-me aqui o deputado Hashioka. Isso é preocupante e revela que as pessoas não estão mais confiando nos eleitos, não estão mais acreditando no processo eleitoral. Elas veem indivíduos assumindo cargos públicos para se beneficiar e criar esquemas, enquanto lá na ponta o atendimento perde a qualidade. As pessoas esperam que o dinheiro dos seus impostos retorne em melhorias para a cidade, para o estado e para o país, nas áreas da saúde, da educação, da infraestrutura. Mas o que a gente vê são operações policiais sendo deflagradas mais e mais. Todo dia de manhã é noticiada a deflagração de uma operação em alguma parte do país, com mandados de prisão, de busca e apreensão. É um negócio impressionante! Agora, diante de tudo isso, eu tenho um sentimento de profunda indignação e de revolta, sobretudo porque envolve a

saúde. Isso é um crime contra a vida das pessoas que precisam do Sistema Único de Saúde, que dependem de atendimento especializado e estão aguardando uma cirurgia há muito tempo. E não podemos deixar de mencionar os casos emergenciais. Certa vez, um paciente saiu de ambulância de Corumbá, e a família pediu que eu interviesse junto ao hospital para que ele fosse recebido. Eu respondi: olha, tem de passar pela Central de Regulação; assim que eles liberarem a vaga, vocês vêm. A família estava desesperada, porque ele corria o risco de morrer em Corumbá. Então eles mesmos decidiram colocar o paciente no carro e trazê-lo para Campo Grande por conta própria. Eles pensaram: "Vamos tentar chegar à Santa Casa e dar entrada pelo pronto-socorro". Infelizmente, o paciente não resistiu e faleceu no meio do caminho, quando chegava a Aquidauana. A vaga não saiu a tempo. Situações como essa nos revoltam! E aí a gente descobre um bandido na Central de Regulação, ocupando um cargo de direção e operando um esquema de compra de livros didáticos. Esse negócio — aliás, agora vou falar da área da educação —, essa prática de comprar livro paradidático para distribuir para as escolas cheira à corrupção. Sabe por quê, deputado Rinaldo? Existe no país, há muito tempo — se não me engano, desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso —, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). As escolas recebem toneladas de livros todos os anos, gratuitamente! No ano anterior, os professores indicam quais títulos desejam utilizar no ano letivo seguinte, e as escolas recebem esses livros. Se o senhor for às escolas e entrar na biblioteca, vai encontrá-las abarrotadas de livros, porque sempre sobra uma reserva técnica. Portanto, tem livro para os alunos estudarem. Agora, quando um prefeito ou um governador decide comprar livros paradidáticos — uma obra sobre determinado assunto para distribuir nas escolas —, pode verificar que há um esquema por trás! Ou o livro está superfaturado, ou sequer chega à escola, ou a rede tem 100 mil alunos e imprimem apenas 30 mil exemplares, apenas para dizer que a entrega foi realizada. Nós já vimos essa história aqui! Como eu disse, essa Gráfica Alvorada é famosa: teve problemas lá atrás, o pai foi preso, e os esquemas continuam acontecendo! Então, a gente fica sem entender: há uma operação, a pessoa é presa, amanhã é solta e, pronto, morreu o assunto; ninguém fala mais nada! Acho que tem que mudar muito o tratamento dado a essas pessoas que roubam da saúde, que roubam o dinheiro da educação, que roubam o dinheiro da infraestrutura. Tem que mudar! Essas pessoas têm que ser exemplarmente punidas, para que possamos dizer que estamos combatendo a corrupção no país. Porque, como disse aqui o deputado Junior Mochi, é uma barbaridade! A corrupção é alastrada no serviço público, em várias áreas. Então, registramos aqui, com muita tristeza, a Operação Gutenberg, que foi realizada. Esperamos que isso não acabe em "pizza", que as pessoas sejam, de fato, responsabilizadas. Esperamos que as coisas na Central de Regulação sejam moralizadas. Ela precisa funcionar de verdade. O SUS deve ser bom para todas e para todos. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar a justificativa de ausência da deputada Gleice Jane. Faleceu ontem o esposo da chefe de gabinete dela; e ela está no velório nesta manhã. Então, quero apenas que conste em ata.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Meus sentimentos aos familiares. Está registrado em ata. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Registramos e agradecemos a presença do senhor Carlos Lima Neto Júnior, o Juninho Lima, presidente da Câmara Municipal de Deodápolis; e do senhor Francisco Eusébio de Oliveira, o Professor Chico, vereador do município de Deodápolis. Sejam bem-vindos! Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e um deputados presentes, há quórum para deliberação das matérias pautadas.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 11/2026. Autor: deputado Hashioka. "Institui diretrizes para a divulgação de mensagens educativas e de advertência contra a pedofilia, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Segurança Pública e Defesa Social emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Senhor presidente, declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Declaração de voto concedida ao autor do projeto, deputado Hashioka.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Esse projeto é um relevante instrumento de política pública preventiva, pois amplia o conhecimento da população acerca

da gravidade dessas condutas, reforça sua tipificação criminal e orienta quanto aos canais oficiais de denúncia. A informação é uma ferramenta essencial para romper ciclos de violência e incentivar a participação ativa da sociedade na defesa dos direitos da infância e da juventude. Peço o apoio dos colegas deputados. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ainda em votação...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Senhor presidente, declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Para declaração de voto, o deputado Professor Rinaldo Modesto.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Senhor presidente, primeiro quero cumprimentar o autor do projeto, meu colega deputado Hashioka. Esse é o tipo de crime que acontece, infelizmente, a cada segundo na nossa sociedade. E, por incrível que pareça, no lugar onde a criança deveria ter apoio, proteção, carinho, respeito e amor fraternal — que é justamente o seio familiar —, é onde mais de 65% desse tipo de crime acontece. Às vezes, são cometidos pelo próprio genitor; às vezes, pelo padrinho ou pelo avô. Isso é uma chaga! Há uma lei de minha autoria, cujo projeto apresentamos e foi aprovado por unanimidade aqui, no meu primeiro mandato, que instituiu a Semana de Combate à Pedofilia. Quando presidi, deputado Paulo, o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (Fenasp), eu e meus companheiros rodamos este país realizando esse trabalho. À época, o Magno Malta havia sido presidente da CPI da Pedofilia, e a Damares — que, inclusive, era assessora dele naquela época e hoje é senadora pelo Distrito Federal — nos acompanhavam. Realizamos, em mais de cinquenta municípios, audiências públicas com vídeos mostrando a importância de combater e também de identificar esse crime. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 11/2026, de autoria do deputado Hashioka.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 354/2026. Autora: deputada Mara Caseiro. "Estabelece diretrizes para a sistematização de informações sobre violência contra a mulher, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Senhor presidente, para declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, para declaração de voto, a proponente, deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Senhor presidente, em 2023 eu participei de um congresso sobre o combate à violência contra a mulher, em Brasília; e lá nós começamos a estudar a possibilidade de implantar aqui no estado um observatório da violência contra a mulher. Inclusive, eu tive várias orientações do Observatório de Santa Catarina, que funciona muito bem. O objetivo é exatamente ter uma noção de dados sobre como esse crime acontece, o que leva a pessoa a cometer violência contra a mulher ou feminicídio. Precisamos dos dados desse crime para estabelecermos políticas públicas mais assertivas, no sentido de impedir e de combater essa violência no nosso estado. Mas, em conversa com a consultoria legislativa — e após muitas orientações —, chegamos a uma nova redação. Fizemos uma emenda substitutiva integral para que pudéssemos estabelecer, então, diretrizes para a instituição de políticas públicas estaduais voltadas ao sistema integrado de informações sobre a violência contra a mulher, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, essa lei vem para a implementação de políticas públicas, para estudarmos como aconteceu a violência, em que situação, qual o tipo de arma foi utilizada, enfim. Peço aos colegas que votem favoravelmente. É isso. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 354/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente - deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Encerrada votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 055/2026. Autor: deputado Gerson Claro... Pergunto se o deputado está on-line? Não está. Retiro o projeto de pauta. Vamos continuando enquanto o deputado entra. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Sete requerimentos, vinte e quatro indicações, uma moção de protesto e nove moções de congratulação...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu gostaria que a Moção de Protesto nº 1.927/2026, apresentada pelo deputado Pedro Kemp, fosse colocada em destaque.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em votação os demais itens. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Aprovados. Vão ao Expediente. Colocada em destaque a Moção de Protesto nº 1.927/2026, de autoria do deputado Pedro Kemp, direcionada ao senador Flávio Bolsonaro. Um minuto para colocar no painel enquanto resolvemos... Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, pela ordem. Só para um esclarecimento. Quem votar "não" votará pela derrubada da moção apresentada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Então, o seu pedido é para votar "não"?... OK. A orientação do líder do governo, deputado Coronel David, é para votar "não".

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para declarar meu voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declaração de voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quem votar "não" será a favor de o Flávio Bolsonaro conspirar contra o Brasil nos Estados Unidos. Aquele senador irresponsável, inclusive, está lá hoje, nos Estados Unidos, defendendo a intervenção do governo Trump por meio da cobrança de tarifas elevadíssimas sobre os nossos produtos e, depois, se diz um patriota! Ele conspira contra o Brasil. Na verdade, estou fazendo essa moção de protesto, porque ele propôs que, caso seja eleito presidente da República, os Estados Unidos indique pessoas para compor o governo de transição. Olhem só que absurdo! Os EUA participarem da transição de governo aqui, interferindo na nossa soberania! Sem falar que ele está nos Estados Unidos sem integrar qualquer delegação do governo brasileiro para negociar tarifas com o governo Trump. Ele não é contra as tarifas; ele só quer que o governo Trump as adie para depois das eleições, para não interferir no resultado do pleito. Mesmo com os deputados aqui concordando com aquele traidor da pátria, ele vai perder as eleições, e o presidente Lula será eleito no primeiro turno, se Deus quiser!

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu não ia me manifestar, mas o deputado Pedro Kemp nos citou de forma generalizada. Eu voto "não" porque esta é uma moção estritamente eleitoral, em período eleitoral. Nesse período, nós não podemos envolver a

Assembleia Legislativa na discussão sobre quem vai ser o presidente da República. Temos muitos outros assuntos mais importantes para tratar. Voto "não".

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Como o senhor votou no protesto contra o presidente Lula. Também foi eleitoral!

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para justificar meu voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Justificação de voto concedida ao deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Evidentemente, eu vou votar junto com o meu colega Pedro Kemp. Agora, estou absolutamente tranquilo. Já perderam! E perderam no primeiro turno! Tanto é verdade que a notícia quente de ontem dizia que estão trocando o tal do Flávio pela segunda madrastra dele; porque ele tem três, quatro madrastras. Como se chama a última?... Micheque, Micheque, trocando pela Micheque...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Está igual ao Jaques Wagner, aquele ladrão...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, olha a provocação barata...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Em votação.
Moção de Protesto nº 01927/2026, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Não.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Não.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Não.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Não.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Não.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Não.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Não.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São treze votos contrários e dois votos favoráveis.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Derrubada. Vai ao Expediente.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Presidente, gostaria de pedir que o projeto de minha autoria fosse colocado para votação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ele foi retirado de pauta. Será votado na sessão de amanhã. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h05min).